



MARCO
MACIEL

POBREZA E DESIGUALDADE

POBREZA E DESIGUALDADE

Pobreza e desigualdade não são, no mundo contemporâneo, monopólio dos países mais pobres. São mazelas que sobrevivem até mesmo em algumas das mais ricas comunidades internacionais. Trata-se de uma preocupação mundial, talvez a mais importante da agenda política.

Se a desigualdade é o fundamento e a causa principal da crise social, em qualquer parte do mundo, e não somos uma exceção - em que ela consiste? Considerando-se o caso brasileiro, não se pode falar de um padrão diferenciado e, portanto, não tem sentido aludir-se à "desigualdade", mas às nossas várias "desigualdades". A mais conhecida e menos comentada é, seguramente, a desigualdade étnica. Não apenas aquela que separa os índices dos padrões de renda e os indicadores de proteção social, como escolaridade, expectativa de vida, habitação e acesso aos serviços de água tratada, saneamento e assistência médica, criando um enorme hiato entre negros e brancos.

Outra vertente é a que atinge, de forma ainda mais aguda, porém menos admitida, os descendentes dos silvícolas, a despeito de seu crescimento populacional, dado positivo no esforço imemorial de integrá-los à comunidade de cidadãos. Se a esses grupos, numerosos em seu conjunto, juntarmos as minorias e os novos excluídos representados pelos imigrantes vivendo na ilegalidade, teremos uma idéia aproximada ainda não efetiva, nem convenientemente mensurada, do que seria a primeira de nossas desigualdades.

Se essa é a desigualdade, poderíamos dizer vertical, há outra tão grave e não menos excludente e injusta, a de cunho espacial ou geográfico. É a diferença, tão marcante quanto cruel, traduzida numa velha constatação com muitas vertentes. Ela se materializou, no século XIX, com a constatação de Ferdinand Denis no seu "Resumo da História Literária do Brasil", quando afirmou que éramos "um país sem povo", dividido em apenas duas categorias: a elite altamente capacitada que liderava o País e usufruía de todos os benefícios do Estado e os escravos, marginalizados de toda e qualquer proteção jurídica, de direitos sociais e até de representação política. Essa questão foi retomada um século depois pelo seu conterrâneo Jacques Lambert, autor do clássico "Os Dois Brasis", reeditado pelo professor Edmar Bacha com a imagem da "Belíndia". Ela resultou da estrutura social, imposição do arcabouço econômico calcado na monocultura e no latifúndio que a independência e a abolição não foram capazes de vencer. Essa desigualdade espacial penaliza exatamente a mais pobre e que já foi a mais populosa região brasileira - o

Nordeste, que responde hoje, indistintamente, pelos índices de mais baixo desempenho no conjunto da federação brasileira. E isto, a despeito de o Nordeste nos últimos anos haver crescido mais que o País como um todo, o que dá uma idéia do fosso que o distancia da média brasileira e, de forma mais grave, das regiões de maior desenvolvimento.

Às desigualdades étnica e espacial ou geográfica, é preciso acrescentar outra: a condição feminina, isto é, a que afasta, já não mais em desempenho profissional, mas em matéria de renda, e em situações de igualdade, mulheres e homens, aqui e em quase todos os países.

Cotejando-se essas três vertentes de nossas desigualdades, torna-se fácil diagnosticar o perfil dos desafios que teremos de vencer. Aliás, a experiência está revelando que é menos difícil combater a pobreza que superar as desigualdades. O IBGE acaba de divulgar a sua última série histórica dos indicadores sociais brasileiros. Em apenas um não conseguimos progresso, o que separa o fosso dos mais ricos dos mais pobres, isto é, da desigualdade que refletida em termos econômicos ainda não traduz as conquistas de aumento da escolaridade, diminuição da mortalidade infantil, erradicação do trabalho penoso de crianças, manutenção da renda e do poder aquisitivo, e a diminuição da pobreza, para aludirmos apenas a alguns indicadores mais utilizados.

Essa guerra não será vencida só pelo governo. Exigirá a conscientização, a participação e a mobilização de toda a sociedade, aí incluídas as empresas, os atores econômicos e todos os agentes sociais. Ações como as que vêm sendo adotadas pelo governo Fernando Henrique, inclusive através do Projeto Alvorada, ajudam e são de grande valia. É preciso, contudo, ampliar esse esforço. Aproximar, cada vez mais, as políticas públicas das ações corretivas e compensatórias das desigualdades. Especialmente, adotar medidas fiscais que reforcem os laços de solidariedade social, quer por meio da progressividade tributária, quer por intermédio de uma política de gastos públicos fundada em benefícios comprometidos com a justiça social.

Acelerar esse processo vai depender de três requisitos: manter a estabilidade econômica, intensificar o desenvolvimento e modernizar, através das reformas políticas, os mecanismos decisórios do governo, melhorando a eficiência das instituições do Estado. Este é o novo desafio e a ele ninguém pode deixar de dar sua contribuição, pois somente dessa forma eliminaremos a pobreza e reduziremos as desigualdades.

Marco Maciel foi eleito, em 1994, e reeleito, em 1998, Vice-Presidente da República na chapa liderada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Elegeu-se Senador por Pernambuco sucessivamente em 1982 e em 1990, exercendo no Senado Federal relevantes funções, inclusive as de Líder de seu partido, o PFL. Deputado Federal por duas legislaturas, presidiu a Câmara dos Deputados e a Fundação Milton Campos de Estudos e Pesquisas Políticas. Convidado por Tancredo Neves, foi Ministro da Educação no Governo José Sarney. A seguir, ocupou o cargo de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Governou o Estado de Pernambuco (1979/1982) depois de haver exercido o mandato de Deputado Estadual e desempenhado as funções de líder do governo na Assembleia Legislativa.

Em meio às atividades acadêmicas, presidiu o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e a União dos Estudantes de Pernambuco. É advogado e professor titular (licenciado) de Direito Internacional Público na Universidade Católica de Pernambuco.

Entre os projetos de sua iniciativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destacam-se os que resultaram nas seguintes leis: que fixa normas para engenharia genética e regula a liberação de organismos geneticamente modificados (clones); da arbitragem para dirimir litígios; que regulamenta estágios de estudantes em empresas. Por sua inspiração, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a lei que restaurou a representatividade da UNE e da UBES, proscritas desde 1964.

Escreveu os livros *Vocação e Compromisso* (1982, José Olympio Editora); *Educação e Liberalismo* (1987, idem); e *Liberalismo e Justiça Social* (1987, Instituto Tancredo Neves); *Idéias Liberais e Realidade* (1989, José Olympio Editora); e *Manual do Vereador* (1987, Massao Ohno).

Nasceu no Recife em 21/7/40 e é casado com Anna Maria Ferreira Maciel. Tem três filhos e dois netos.